



COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR – CPPD

ATA DA 108ª REUNIÃO DA CPPD

DATA: 03/04/2019

LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF

CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DA CPPD PRESENTES:

AMC – Rosina de Almeida Lopes; **PGM** – Patrícia Barros; **SDE** – Mário Roberto Martin; **SEFIN** – Clayton Semir Bustamante; **SEINF** – José Roberto de Resende; **IPLANFOR** – Mário Fracalossi Júnior; **SER II** – Guto de Azevedo Alencar; **SER III** – Paulo Sérgio Viana Pontes; **SER IV** – Carla Nayanna Alves Lima; **SER V** – Jalsey Pereira de Nazareno; **SER VI** – Luiz Valmir Torres; **ABES** – Marconi José Barbosa; **CREA** – Áulio Façanha Antunes; **DETRAN** – Daniel Sousa Paiva; **FBFF** – Jerônimo Paulo da Silva; **IAB** – Izabela Moreira Lima; **SINDIONIBUS** – José Davi da Silva Pacheco.

Presidente da CPPD: Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Secretária Executiva: Marília Ferreira Lima Gadelha

Coordenador da COURB: Marina Cavalcante Hissa

Expositor: Aparecida Façanha – SEPOG/PMF

DEMAIS PARTICIPANTES: SEPOG – José Carlos Teixeira, Aparecida Façanha; UFC – Renan Cid Varela Leite; SR II – Paulo Sérgio Viana Pontes; SEUMA – Mirella Bezerra Maia, Guilherme A Vila Nova Maia, Astrid Câmara Bezerra, Victor Braid Carannante, Brenda Alves Lima, Emily Schmitz Cattani, Edilene Oliveira, Ticiania Gadelha Ponte, Pamela Pimentel, Debora Andrade de Lima, Marília Gadelha.

PAUTA:

1. Aprovação da Ata da 106ª Reunião da CPPD;
2. Apresentação do Plano Plurianual de 2018 – 2021 e os resultados já alcançados em 2018.

ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:

A Arq. Marina Hissa, Coordenadora de Desenvolvimento Urbano, deu início a 108ª reunião cumprimentando os presentes e destacando a importância da pauta da reunião, que o Plano Plurianual (PPA) 2018 – 2021 de Fortaleza já havia sido apresentado na CPPD e nessa reunião seria mostrado os resultados alcançados, bem como, a proposta do Plano. Em seguida, agradeceu a presença dos representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), em especial a

Sra. Aparecida Façanha (Paita) que se disponibilizou para fazer a apresentação.

Dando prosseguimento, a Arq. Marina Hissa pôs em votação a Ata da 106ª Reunião da CPPD e perguntou se alguém teria algum questionamento ou observação ao conteúdo da ata encaminhada, não havendo nenhuma manifestação por parte dos Conselheiros presentes, a Ata foi aprovada, posteriormente a Arq. Marina Hissa convidou a Sra. Aparecida Façanha para dar início a exposição.

A Sra. Aparecida Façanha iniciou agradecendo o convite e destacou que é muito bom ter momentos para socializar o que está sendo feito em nível de Planejamento Público Governamental, pois só é possível melhorar e avançar quando se conhece. Em seguida se apresentou, falou que é mais conhecida Paita, e é Coordenadora de Planejamento, Orçamento e Monitoramento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (COPLAM/SEPOG), setor responsável pela elaboração dos instrumentos legais do planejamento.

Informou que levou exemplares da síntese da Lei do Plano Plurianual (PPA) para ser entregue as instituições presentes, na qual, mostra os compromissos de governo para os 04 anos. Explicou que PPA é um instrumento legal, exigido por Lei para os 04 (quatro) anos do período do Governo, e que inicia no segundo ano da gestão. A vigência ultrapassa o ano de uma gestão, para romper com a descontinuidade das Políticas Públicas.

Dando continuidade, apresentou o que foi proposto no Plano Plurianual 2018-2021, explicando o que foi planejado. Durante a apresentação o Sr. João Saraiva pediu a palavra e questionou se o valor de R\$ 61 milhões que foram investidos na implantação do *Bus Rapid Transit* (BRT), da Av. Aguanambi correspondem a quantas linhas de ônibus e quantas pessoas utilizam esse trajeto.

Foi esclarecido que o valor de 61 milhões correspondem a soma dos investimentos destinados a aplicação dos equipamentos BRT do bairro Messejana e da av. Aguanambi.

O Sr. João Saraiva falou que o preocupa é que não sabe se tem que ter alguma metodologia, na questão dos investimentos. Destacou que o Prefeito Municipal decidiu que sua prioridade, além de saúde, é a mobilidade e que seu questionamento se refere ao custo benefício de cada valor que é aplicado na mobilidade está sendo alcançado o resultado, pois toda explicação que foi dada é de que o investimento foi feito para melhoria do transporte público. Falou que se o investimento for para melhoria do carro individual, está se pecando e concluiu dizendo que se uma matriz de metodologia, que não é mostrado se o que está sendo aplicado na mobilidade está levando o cidadão a deixar o carro e ir de ônibus.

A Sra. Aparecida Façanha respondeu que é um ótimo estudo de avaliação, porém o BRT da Av. Aguanambi foi inaugurado a pouco tempo e que ainda não teria a resposta.

O Conselheiro Roberto Resende, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF), explicou que o BRT terá o trecho Messejana/Centro e tem apenas um trecho do BRT concluído, localizado na Av. Aguanambi e que houve uma dificuldade junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) para permitir a construção na transição do trecho da BR116, pois não dá para migrar todas as linhas de ônibus no canteiro central da BR116 e assim tem que ficar nas intermediações. Explicou que estão funcionando as linhas que permitem o fluxo no canteiro central, que são duas e destacou ainda que é um processo lento que estão verificando as possibilidades de resolução.

O conselheiro David Pacheco, representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Ceará (SINDIÔNIBUS) informou que atualmente duas linhas de ônibus utilizam o BRT, mas que até o meio do ano serão implantadas mais 04 linhas, totalizando 06 linhas.

Finalizou sua fala repassando a palavra a Sra. Aparecida Façanha que disse que sugestão de ter um indicador futuro é válida e ressaltou que alguns indicadores tem mostrado resultado quanto a questão da melhoria da velocidade média dos ônibus, que era um desafio; além da faixa de motos no trânsito. Foi esclarecido também que o investimento feito não é somente para o uso do transporte, que já é muita coisa, mas que quando se reduz a taxa de homicídio por acidente de trânsito e de morte por acidente de trânsito se tem uma economia de custo no sistema de saúde.

O conselheiro Jerônimo Silva, representante da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), falou que alguns pontos da Cidade que tem entrave no trânsito e questionou se existem projetos para resolver o problema desses locais.

A Sra. Aparecida Façanha respondeu que já existe um programa para melhorias de alguns pontos da Cidade, mas que tem que ser verificado o orçamento do programa ou identificar se já existe orçamento programado para os locais específicos. Esclareceu que o PPA se adapta ao objetivo, porém para a definição dos locais e outros pontos do projeto existe outro instrumento chamado de MAPPFor, trata-se de um programa de Monitoramento das Ações de Projetos Prioritários de Fortaleza, na qual as secretarias elaboram seus projetos e identificam os locais onde acontecerão as melhorias. Concluiu dizendo que existe programa, existe orçamento, mas para onde é destinada a execução cabe a cada órgão definir.

Em seguida o Conselheiro Áulio Antunes, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará (CREA), pediu a palavra e falou que a sugestão do Sr. João Saraiva foi boa no que se refere as metas, aos objetivos, a justificativa e aos indicadores. Destacou que se não houver indicadores para definição dos parâmetros, daqui pra frente poderá ter. Salientou que o foco na CPPD é

ouvir as partes e que nessa questão já estão adiantados, pois já houveram fases em que a participação popular somente ouvia, e que a mudança é mérito da sociedade que está impondo isso. Finalizou sua fala dizendo que estão na Comissão para compartilhar no presente para o futuro.

A Sra. Aparecida Façanha falou que isso realmente é muito importante, construção é isso e que estão abertos para ouvir, salientado que a forma de trabalho é essa, sendo uma questão legal, de inteligência e de obrigação dos Governos e de todos, enquanto cidadão.

A Conselheira Rosina Lopes, representante da AMC destacou que o que está sendo apresentado são as estratégias e os resultados, a questão operacional é relacionado a cada órgão responsável. A Sra. Aparecida Façanha informou que esse indicativo sugerido pode ser levado pela agenda pública.

A Arq. Marina Hissa pediu a palavra e ressaltou que o debate é importantíssimo e que gostaria no momento, enquanto presidente, dar continuidade a apresentação e no final abrir para perguntas e discussões.

Em seguida, repassou a palavra para a Sra. Aparecida Façanha que prosseguiu a apresentação. Ao final da exposição, frisou que a exposição é na tentativa de mostrar que cada um cumpre sua tarefa e a relevância de que se quer resultado não se pode trabalhar isoladamente como mero cumprimento de tarefa, posteriormente, abriu espaço para questionamentos.

O conselheiro Jerônimo Silva, representante da Federação Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF) ressaltou a importância da integração dos órgãos e exemplificou dizendo que no Parque da Lagoa da Viúva foi planejado uma praça, porém não foi verificado junto a outros órgãos e já estavam trabalhando com outros projetos no mesmo local. Destacou que os órgãos devem saber o que está sendo feito na questão do planejamento, devendo haver comunicação e entendimento.

Ao final de sua fala, passou a palavra para a Arq. Marina Hissa informou que a colocação do Conselheiro foi boa, e questionou se alguém mais teria alguma observação ou pergunta.

A Articuladora da Célula de Normatização (CENOR/COURB), Arq. Emily Cattani falou que achou muito interessante o mapeamento das ações, dos projetos e questionou com que recorrência é atualizado o mapeamento e se todas as secretarias prestam as informações, pois para evitar que haja as desinformações ou desencontros entre os órgãos é uma ferramenta.

A Sra. Aparecida Façanha falou que existe quem planeja e quem executa, e para isso é necessário ter o modelo de Gestão, norteando para que as coisas aconteçam. Informou que existe um Comitê Estratégico, que é o Comitê Municipal de Gestão por Resultado (COGERFor), formado por alguns órgãos; e em termos de instrumentos se tem o Plano Plurianual e a Lei de Responsabilidade Fiscal e foi



criado mais um instrumento que é o MAPPFOR, que é um sistema, nesse sistema para qualquer projeto ou ação que o Governo irá implantar com cada secretaria é levada para análise do Comitê, que discute e após aprovado o recurso o órgão inicia a execução. Informou que isso é feito na Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento (COPLAM/SEPOG). Destacou ainda que existe uma gerência do MAPPFor integrada a Comunicação de Governo no Gabinete da SEPOG e as informações acontecem em tempo real, o MAPPFor é um sistema *online* que responde sobre a execução do programa, bem como, sobre qual empresa está executando. Concluiu que as informações estão georreferenciadas no site da prefeitura, para consulta de todos. Posteriormente, mostrou o site da Prefeitura de Fortaleza com as etapas para localizar as informações.

Ao final dos questionamentos, a Arq. Marina Hissa agradeceu presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Fortaleza, 03 de Abril de 2019.

Marília Ferreira Lima Gadelha
Secretária Executiva da CPPD

Marina Cavalcante Hissa
Coordenadora de Desenvolvimento Urbano

Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretária da SEUMA
Presidente da CPPD